



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA N.º 5/04

SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2004

17 de Junho de 2004

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto**

Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.

Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Carlos Reis e Vítor Pedro Gonçalves, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo, o Senhor Vice Presidente Gabriel Oliveira e os Vereadores Amadeu Matias, João Bernardino, José Coutinho, José Evangelista, Maria João Bual, Irene de Sá e Vasco Jardim.

Verificado o Quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Brandoa se fazia representar pelo senhor Rui Manuel Lourenço, Tesoureiro da Junta de Freguesia.

I – TOMADA DE POSSE

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que se encontrava na Mesa o pedido de substituição ao abrigo do n.º 1 do Artº. 78º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, do senhor Luís Manuel Isidro Guarita do PSD, até ao próximo dia 30 de Junho.

Seguidamente foi dada posse ao senhor Rafael Duarte dos Santos Evaristo, na indisponibilidade do senhor Júlio Vilas Boas da Costa (Documentos em anexo à presente acta).

II - ORDEM DO DIA

PROPOSTA:

- 1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município”*.
- 2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº3 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Plano de Pormenor da Rua Elias Garcia – Zona Poente – Alteração de Regime Simplificado (Proposta n.º. 273/2004)”*.
- 3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº3 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, das propostas da C.M.A. relativas a *“Contrato Programa a Elaborar entre o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e a Câmara Municipal da Amadora (Proposta n.º. 286/2004) e “Contrato Programa a Celebrar entre o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e a Câmara Municipal da Amadora – Alterações (Proposta n.º. 365/2004)”*.
- 4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do n.º. 2 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“PER 002/96 – Rua de Alforneiros – Proposta de Alteração de Custos – Preço Global (Proposta n.º. 364/2004)”*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. J. L.' or similar, located to the right of the header.

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 3 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Plano de Pormenor da Ribeira da Falagueira (Proposta n.º 350/2004)”*.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam abertas as inscrições para intervir sobre a Ordem do Dia, não havendo nenhuma inscrição, seguiu-se a votação tendo sido aprovada a Ordem do Dia por unanimidade com 28 votos.

III – CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo pela senhora **Primeiro Secretário**, das folhas que constam em anexo.

IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam abertas as inscrições para este período tendo-se inscrito a senhora Cristina Salgueiro, os senhores Luís Fernandes, António Veloso e Manuel Afilhado.

A senhora **Cristina Salgueiro** referiu vários problemas existentes no bairro social do Casal da Mira, nomeadamente a falta de policiamento, o parque infantil, e o elevado valor das rendas praticadas naquele bairro. Questionou o senhor Presidente da Câmara para quando a resolução destes problemas, uma vez que já se deslocou aos serviços da Câmara para reclamar e até à data não houve nenhuma resposta.

O senhor **Luís Fernandes** colocou duas questões ao senhor Presidente da Câmara. Na primeira, questionou quais eram os bairros problemáticos da Amadora e na segunda, caso do Bairro onde habita, o Bairro das Colónias, sendo bairro problemático, o que é a Câmara Municipal da Amadora já fez, ou irá fazer, em relação aos problemas existentes.

Referiu ainda que já tinham sido enviados três abaixo-assinados, à Junta de Freguesia da Mina, à Câmara e à PSP da Mina sem ter obtido nenhuma resposta.

O senhor **António Veloso** louvou o trabalho que a Câmara Municipal da Amadora tem feito a nível da Educação, quer em termos das escolas que fez de raiz, quer na sua remodelação.

Como membro da Associação de Pais da Escola Básica nº. 1 da Damaia, Padre Himalaia, referiu que a Câmara da Amadora, como principal responsável da conservação das escolas e dos equipamentos escolares, deveria ter uma actuação mais rápida e eficiente dado os constantes actos de vandalismo que a escola tem sofrido, e perguntou quando vão iniciar-se as obras

A internet é outra das promessas feitas e que até à data ainda não foi colocada na escola.

Na escola D'Orey da Cunha foi construído um pavilhão gimnodesportivo, há cerca de um ano, e não está a funcionar não se sabendo o porquê.

Referiu que as ciclovias que foram implementadas na Amadora não tiveram uso nenhum, apenas serviu para estacionar os carros. Foi à Divisão de Trânsito da Câmara da Amadora denunciar esta situação e até à data não se viu nenhuma actuação.

Salientou que os dejectos dos cães nas ruas da Damaia é outro dos problemas graves existentes na freguesia.

O senhor **Manuel Afilhado** prescindiu do uso da palavra.

O senhor **Vice-Presidente, Gabriel Oliveira**, informou que em relação aos problemas do bairro de habitação social do Casal da Mira, os moradores têm que proteger o património que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

lhes é atribuído, sugerindo que os moradores se deslocassem à Divisão de Habitação para a resolução dos problemas expostos.

Ao senhor **Luís Fernandes** disse que só no dia anterior tinha recebido o abaixo-assinado do Bairro das Antigas Colónias e referiu que era de todo impossível fechar os acessos da Humberto Delgado ao Bairro das Antigas Colónias, uma vez que estes existem para que todos os possam usufruir. A falta de policiamento deve-se ao facto das esquadras da Amadora terem poucos agentes e alguns desses estarem destacados para o Euro 2004.

Lamentou que a escola Padre Himalaia, recentemente construída e com material de alta qualidade, tenha sido deixada vandalizar pela má utilização do espaço escolar. Referiu ser importante proteger um património que é de todos. Certos aspectos que não foram bem concluídos pela empresa que fez as obras, terão que ser corrigidos por esta.

Quanto à escola Pedro D'Orey da Cunha disse que o Pavilhão tinha sido feita pela Câmara, num protocolo celebrado com a DREL. Foram entregues as chaves, estando-se neste momento à espera que o Ministério da Educação abra o Pavilhão.

A limpeza dos dejectos dos canídeos é um problema existente em muitos locais, nomeadamente nos espaços verdes, uma vez que as pessoas não têm cuidado. Foram adquiridos mais dois motocães para tentar minorar o problema dos dejectos.

Após esta intervenção o senhor **Presidente da Assembleia** encerrou este Período.

V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que após as inscrições seria declarado o tempo de intervenção para cada deputado num total de uma hora imprerrogável.

Inscreveram-se os senhores Júlio Correia, João Serrano, João Paulo Castanheira, Marques Rocha, Martinho Caetano, Jaime Garcia, António Santos e António Tremoço de Brito.

O senhor **Júlio Correia** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a solução do problema da carreira nº. 186, que faz a ligação Reboleira/Damaia, uma vez esta ter sido suspensa.

Os atletas do Clube Desportivo da Reboleira tem sido alvo de perseguições por parte da Policia Municipal, dado não terem local para fazer os treinos, treinando assim na Alameda Conde Castro Guimarães. A vereadora Carla Tavares ficou de ver esta situação e até à data ainda não houve nenhuma resolução.

Em seguida teve a palavra o senhor **João Serrano** que pediu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que se fizesse um minuto de silêncio face ao falecimento dos senhores Drs. Sousa Franco e Lino Carvalho, dois ilustres cidadãos e políticos. Posteriormente seguiria com a sua intervenção.

O senhor **Presidente da Assembleia** concordou e fez-se o minuto de silêncio.

O senhor **João Serrano** manifestou a sua satisfação perante o resultado histórico obtido pelo Partido Socialista nas eleições europeias. Salientou que o PS tinha subido 1,5%, obtendo cerca de mais de 25 mil votos, um sinal do povo mostrando o seu desagrado com o actual Governo.

A CDU apesar de ter mantido os dois deputados, baixou, também, comparativamente às eleições de 91, ou seja, cerca de 1,22%.

Face às eleições de 99, salientou o crescimento significativo do Bloco de Esquerda que conseguiu cerca de 3,6%.

O PS obteve o melhor resultado de todos os Partidos Socialista e Sociais Democratas da Europa que fazem parte da família europeia.

Quanto à Amadora referiu que apesar da percentagem ter sido, ligeiramente, inferior a 1999, o PS conseguiu a 10ª vitória consecutiva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Referiu que nas Freguesias da Amadora, com excepção de Alfragide, o PS tinha tido mais votos do que a CDU, a Direita e o Bloco de Esquerda.

A responsabilidade do PS, estando consolidado o voto e o eleitorado, deve continuar a trabalhar de uma forma séria para benefício da população da Amadora.

O senhor **João Paulo Castanheira** felicitou o PS pela vitória nas eleições para Parlamento Europeu.

Referiu que o PS teve 44,5% de 38,8%, o que significa que 17% dos portugueses votaram no Partido Socialista. No entanto, disse não haver uma mobilização de penalização do Governo, muito menos uma mobilização de premiar a oposição do Partido Socialista.

Questionou o senhor Presidente de Câmara sobre o que tinha sido feito pela Câmara quanto ao silo de estacionamento automóvel que estava previsto fazer na urbanização da Cometna, e que o urbanizador nunca o fez, e o porquê de se ter dado dois alvarás de loteamento a este mesmo construtor, uma vez que ainda não concluiu a obra.

Por fim, perguntou ao senhor Presidente da Câmara o que se passa em relação a uma construção, na Rua Cândido dos Reis, com um alvará de obra de remodelação/ampliação, e onde foi feita uma demolição e uma nova construção com um enquadramento e dimensão despropositada para a área em questão.

O senhor **Marques Rocha** referiu a degradação da segurança no concelho da Mina e que o Comandante da Divisão disse que a ida dos agentes para o Euro não influenciaria o policiamento existente na Amadora.

Pediu ao senhor Presidente da Câmara para que intercedesse, o mais célere possível, no respeitante à limpeza, uma vez que a Junta de Freguesia da Mina só tem dois cantoneiros e a varredoura tem estado avariada sem que os serviços responsáveis pelas avarias se tenham mostrado disponíveis para a arranjar. Também pediu a remoção de 30 viaturas abandonadas na Freguesia da Mina.

A pedido do Senhor Martinho Caetano, no Ponto nº. 1 da Ordem do Dia, a sua intervenção é transcrita na íntegra: “Aqui estou em nome da bancada do PSD para trazer dois assuntos.

Um primeiro assunto relativamente às recentes eleições Europeias 2004, não vale a pena acrescentar mais nada, porque o colega líder da bancada do PS fez aqui uma análise exaustiva dos resultados. Assim sendo, limito-me a comentar aquilo que do ponto de vista do PSD tem relevância política para a Amadora.

Disse o colega João Serrano que via os resultados com muita confiança e alegria e até fez uma comparação, uma extrapolação para eventuais resultados autárquicos, disse, então ficaria tudo na mesma a não ser a saída de um vereador da CDU e a entrada de um vereador do Bloco de Esquerda. Com grande alegria, com grande confiança, como ele disse.

Da parte que nos toca, percebemos o regozijo de deixar cair o vereador da CDU e eleger como força política privilegiada, para novas parcerias ou até coligações, o Bloco de Esquerda. Percebemos isso, quem sabe o que nos espera, mas há uma coisa que também não posso deixar de referir sobre isto, não é possível de forma nenhuma tirar esta conclusão.

É certo que o colega disse que era uma extrapolação, mas não mais do que uma extrapolação. Comparar eleições europeias, ainda por cima com este nível de abstenção, com eleições autárquicas, é um exercício falacioso. E portanto, meu caro João Serrano, daqui a dois anos lá estaremos.

Para terminar este ponto, quero ainda referir por fim o seguinte, faço minhas as palavras do colega do CDS/PP, João Paulo Castanheira, num ponto, disse e disse muito bem. O que se viu foi sobretudo uma penalização dos partidos do Governo em toda a Europa, em que o caso da derrota mais retumbante que se passou na Alemanha com o SPD, portanto, claramente um partido de centro-esquerda equivalente ao PS em Portugal.

É assim, são os ciclos da vida democrática, a democracia tem este atractivo, nós nas autárquicas esperamos fazer muito melhor.

Passo a outro ponto, senhor Presidente, este menos agradável, muito menos agradável, mas o PSD no âmbito da sua acção fiscalizadora da Câmara não pode de o deixar de trazer aqui.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Dizia o colega João Serrano que o PS irá continuar a trabalhar de uma forma séria e responsável pela Amadora, quando se congratulava pelos resultados das europeias. Nós também o queremos fazer, mas queremos fazê-lo numa outra vertente. Queremos fazê-lo dizendo que de forma nenhuma podemos pactuar com o que se assiste, neste momento, em sede de Câmara Municipal da Amadora relativamente às denúncias que têm vindo, recentemente, na comunicação social.

O assunto já foi abordado pelos vereadores do PSD, em sede de Câmara Municipal, foram pedidos esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara sobre primeiras notícias que saíram na comunicação social e que tiveram, entretanto, uma resposta.

Eu passo a ler extractos dessa resposta. Naturalmente que vou tentar evitar o nome do vereador em causa por razões de consideração pessoal, porque eu acho que isto aqui, como já disse outras vezes, a política não é para anjos nem para santos, é para Homens, mas para Homens que querem fazer política e na política temos que ver os problemas de forma política. E de forma política numa resposta que vem da parte do Senhor Presidente da Câmara é dito o seguinte:

“O senhor vereador só se tornou vereador da Câmara Municipal da Amadora a partir de 12 de Janeiro de 2002, data de posse do actual executivo. No mandato passado esteve em reuniões de Câmara em substituição de vereadores impedidos de o fazer nos termos da lei. Nessa qualidade votou em 24 de Outubro de 2001 a proposta de emissão de alvará de loteamento ao processo número 140PL/98, na qual é requerente Alpabrantès, Sociedade participada pelo senhor engenheiro Jorge Silvério”.

Aqui cito o nome porquê? Porque estamos a falar de um mandatário da candidatura do actual Presidente, Joaquim Raposo, à Câmara Municipal da Amadora.

E diz-se mais nesta resposta: “O senhor Jorge Silvério é sócio na Alpabrantès, sociedade requerente do processo 140PL/98”.

Isto é, justifica-se e confirmam-se duas coisas, que nós do ponto de vista político censuramos e não percebemos até, sabendo nós da lisura de procedimentos nalguns casos do senhor Presidente da Câmara, como é que caiu nesta asneira de em 1997 ter convidado para seu

mandatário, naturalmente está no seu legítimo direito não temos nada a dizer, mas é do ponto de vista político, digamos, era a última decisão a tomar e que aqui vem confirmada e justificada, convidar para seu mandatário uma pessoa com os mais elevados interesses que dependem de aprovação legal do município da Amadora. E não só se confirma isto, como se confirma também que o vereador do PS em causa participa nessas deliberações depois de ter tido um conjunto de problemas pessoais, que eu me dispenso de referir, com essa mesma pessoa.

Se isto não é censurável do ponto de vista político, senhor Presidente, caros colegas deputados, o que é que é censurável do ponto de vista político.

E digo mais uma vez, na política não há anjos e santos, há é actuações diferentes umas das outras e esta do nosso ponto de vista é condenável, porque havendo os mais elevados interesses em jogo, devem-se separar as águas e portanto não misturar os interesses de quem está lá fora para solicitar à Câmara as mais elevadas autorizações e que, naturalmente, tem impacto económico-financeiro de milhões de contos e misturar isso com decisões políticas tomadas em sede de Câmara Municipal pelas mesmas pessoas que, pelos vistos informam bem essas pessoas.

Como se não bastasse e para terminar, mais tarde vem novas notícias, e vem novas notícias em que se diz isto, eu leio só isto: “Um vereador socialista da Câmara da Amadora está a ser investigado pela Polícia Judiciária por suspeitas de corrupção e tentativa de extorsão. Uma gravação em vídeo, que o *Independente* teve acesso, revela uma conversa entre o vereador e o construtor civil XYZ, “eu posso dar um jeito, há muita gente que não dá jeito”, diz o vereador ao construtor a propósito de um contencioso entre a Câmara e a empresa de X.”

Bom, eu penso que do ponto de vista da lisura de procedimentos entre colegas parlamentares e colegas autarcas, portanto; estou-me a referir ao senhor Presidente da Câmara e aos senhores vereadores, eu não posso ter sido, esforcei-me para não ser exemplar.

Agora o que eu quero concluir e custa-me os olhos da cara, porque há pessoas aqui, porque além do mais, além do gosto do combate político, eu tenho de facto apreço pessoal, só que digo mais uma vez, não é isso que está aqui em causa, o que está aqui em causa é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

actuação inqualificável, alegadamente inqualificável, eu repito, alegadamente inqualificável de um vereador que o próprio jornal diz que está no âmbito de uma acção de investigação da Policia Judiciária e que o senhor Presidente da Câmara não tenha tomado uma posição sobre isto e que no mínimo devia ter sido retirada funções ao vereador em causa, ponto um.

Ponto dois, como é que o vereador em causa, neste caso um vereador da bancada da Câmara do PS, eu fá-lo-ia, eu Martinho Caetano se fosse vereador desta Câmara, em nome do PSD que aqui represento, fá-lo-ia, demitia imediatamente, se ainda assim achasse que as investigações estava, no seu início e era, se calhar não era a melhor solução até para esclarecimento do processo, no mínimo pedia suspensão de funções.

É isto que o PSD pensa, é isto que a bancada da Assembleia Municipal pensa e é isto que queremos transmitir aqui de viva vós com a nossa mais sincera, leal e correcta censura política.

Muito obrigado senhor Presidente.”

O senhor **Jaime Garcia** censurou a forma com os munícipes intervieram, referindo que se houvesse mais comunicação e mais explicações sobre determinados assuntos, poder-se-ia evitar este tipo de situações.

O senhor **Presidente da Assembleia** respondeu ao senhor Jaime Garcia dizendo que fica impávido e sereno, aquando algumas intervenções, dado o nível de algumas pessoas, tendo que se ponderar sempre estas situações.

O senhor **António Santos** usou da palavra para questionar o senhor Presidente sobre o ponto de situação do traçado da CRIL e como estão a decorrer as negociações com o Governo e com Ministério.

Mostrou a sua indignação quando soube que Policia Municipal estava a impedir os atletas do Sporting da Reboleira de treinarem no jardim do Alto Maduro.

Relembrou que, por várias vezes, foi dito que no Complexo Desportivo do Monte da Galega os preços eram incomportáveis para os clubes.

Das eleições europeias disse que o Bloco de Esquerda encarava com humildade, mas com satisfação, os resultados obtidos quer no concelho da Amadora quer a nível nacional, referindo que não era preciso esperar dois anos, não só no terreno autárquico como no terreno nacional para combater a política desastrosa do Governo.

O senhor **António Tremoço de Brito** lembrou que a população, nestas eleições europeias, demonstrou um descontentamento político em relação ao actual Governo.

Disse que a Bombardier se mantinha na situação, de impasse negocial e perguntou o que é que o Plano Director Municipal especifica para aquela zona.

De novo, o senhor **João Serrano** respondeu às intervenções anteriores para esclarecimentos pontuais, sobre as eleições europeias.

Quanto às notícias vindas a público sobre o senhor Presidente de Câmara e um vereador, do PS, disse que sob o ponto de vista jurídico e factual é zero, o resto são especulações e, como tal, caso esses especulações sejam verdadeiras, o Partido Socialista assumirá, como sempre assumiu, os seus comportamentos.

O senhor **Martinho Caetano** pediu o uso da palavra para fazer um pedido de esclarecimento ao senhor João Serrano, líder da bancada do PS. O porquê de quanto tudo o que referiu, quanto a factos vale zero, quando o que fez foi ler dois comunicados, um da Câmara Municipal e outro proveniente de um órgão social.

O senhor **João Serrano** disse que o que o PSD devia de analisar melhor sob o ponto de vista jurídico, eram as matérias, pois uma coisa são impedimentos outra coisa são escusas. Uma coisa é a violação do princípio de imparcialidade e que no caso em apreço não há violação desse princípio, porque não há qualquer condicionante ou qualquer decisão favorável.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

49
g.l.

De seguida deu o senhor **Presidente da Assembleia** o uso da palavra ao senhor **Presidente da Câmara**.

O senhor **Presidente da Câmara** ao senhor **Júlio Correia** disse ter havido alterações nas carreiras com a entrada em funcionamento do metro. Informou estar agendada uma reunião com os responsáveis da Vimeca, a Câmara e alguns Presidentes de Junta de Freguesia, no sentido de se poder corrigir aquilo que estiver mal, para melhorar o acesso da população a este meio de transporte.

Disse não entender o porquê da Polícia Municipal estar a “perseguir” os atletas do Sporting da Reboleira, uma vez que não há razões para isso. No entanto disse ir ver o que se estava a passar junto da Polícia Municipal.

Ao senhor **João Paulo Castanheira** fez o convite para consultar o processo da Cometna, uma vez que não o conhece bem. Quanto ao silo previsto na urbanização da Cometna disse que no alvará havia necessidade deste, pois resulta do número de lugares à superfície que não tem, uma vez que a implantação dos prédios ocupa os lugares que deviam estar destinados para o estacionamento. Estas eram as normas antigas antes de fazer a alteração ao PDM.

No entanto, procurou nos documentos para ver se havia alguma garantia bancária para que no caso de não ser executado o silo, accionar-se essa garantia. Não existe nenhuma.

O urbanizador foi notificado no sentido de cumprir as obras de urbanização, incluindo o silo, e caso não as cumpra accionará os mecanismos legais independentemente de ter garantias bancárias ou não.

Há outros processos da mesma entidade, nomeadamente o da Serra das Brancas e da Ferradura, que não têm os problemas da Cometna, até porque as exigências são maiores e estão salvaguardadas. Nestas duas urbanizações não existem lugares em falta, cumpre o PDM.

Quanto à construção na Rua Cândido dos Reis disse ter pedido o processo para verificar se era uma obra de ampliação/remodelação ou nova construção. Consta de todas as informações

dos técnicos que é uma obra de ampliação/remodelação tendo-se que manter a fachada inicial, é o que está escrito. Disse ir ao local para ver o ponto de situação da obra.

Ao senhor **Marques Rocha** disse haver vários problemas de limpeza em todo o concelho, no entanto estão-se a tomar algumas medidas na freguesia da Mina. Disse ir dar indicações a uma brigada de quatro ou cinco elementos para que possa fazer uma intervenção mais aprofundada.

Quanto às viaturas abandonados não serem rebocados disse ter a ver com a gestão do Comando da Policia Municipal, mas com o novo comando tudo irá mudar. Há indicações que durante a próxima semana irão ser rebocados todos as viaturas abandonadas com edital.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia**, informou o senhor Presidente da Câmara que o seu tempo tinha esgotado.

O senhor **João Paulo Castanheira** referiu que o senhor Presidente de Câmara teve em mãos uma “arma” que era mais poderosa do que os Tribunais ou outro meio qualquer, que era o de ter exigido ao promotor a construção do silo que tinha ficado de fazer na Cometna, sem o que não lhe eram atribuídos novos alvarás no concelho da Amadora, nomeadamente da Serra das Brancas e da Ferradura.

Disse saber que o processo da Rua Cândido dos Reis era um processo ampliação/remodelação, o que questiona é o que se está a passar não é aquilo que consta no processo, foi feita uma demolição do edifício. Questiona o que vai ser feito para reparar esta situação dentro daquilo que é possível.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que o Período de Antes da Ordem do Dia tinha terminado.

VI - PERÍODO DA ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

49
R.D.

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município”*.

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que referiu que a sua intervenção iria ser um complemento à documentação escrita.

Relembrou o senhor **João Paulo Castanheira** que, legalmente, não podia suspender alvarás ao promotor e esta entidade, por certo, não querará criar conflito judicial com a Câmara. Assim, foi notificado no sentido de se dar cumprimento ao alvará da Cometna.

Disse ir saber o motivo porque tinha sido demolida toda a habitação, na Rua Cândido dos Reis, uma vez que a licença não era de demolição mas sim de ampliação/remodelação.

Ao senhor **António Santos** disse que havia sido feita uma reunião com os moradores, os técnicos, e os vereadores, mas não se pode avançar pois faltavam alguns elementos técnicos para discutir o traçado da CRIL.

A Câmara, a plataforma e as Juntas de Freguesia entendem que têm de ter um projecto alternativo que satisfaça a maioria das pessoas e que defenda a questão da qualidade, do ambiente e que seja viável. Informou haver um projecto técnico viável, que será apresentado no final do mês, e após a sua discussão irá procurar-se um consenso no sentido de se ter uma reunião com o Ministro e com os técnicos do IEP para a sua apresentação.

Quanto ao Monte da Galega disse saber quais as utilizações deste complexo desportivo, e o desperdício de um investimento tão grande numa pista de atletismo que não é utilizada. foi proposto ao Ministério da Educação e ao Ministério da Solidariedade uma parceria com a Câmara, Escolas e algumas entidades, no sentido de se poder utilizar um conjunto de equipamentos, extra-utilização das escolas, para se ter um programa de ocupação dos jovens na área desportiva.

Ao senhor **António Tremoço** questionou sobre o que o senhor Primeiro Ministro lhes tinha prometido ou garantido para terem saído da vigília.

Recebeu um telefonema do senhor Ministro, aquando da reunião com o responsável da Bombardier, a informar que o acordo era o aluguer de uma parte das instalações e, posteriormente, fazer um polo tecnológico industrial na Amadora. No entanto, disse ao senhor Ministro que o acordo feito já deveria ter sido executado há mais tempo para manter alguns trabalhadores.

Explicou não existir nenhum negócio entre a Câmara da Amadora, a Bombardier, o senhor Ministro e a Agência Portuguesa do Desenvolvimento. O que existe é que da parte da Câmara há disponibilidade para participar na elaboração de uma estratégia de criação de indústrias de emprego. Disse ao senhor Ministro que o terreno não carecia de nenhum plano nem alteração ao PDM, o terreno só não daria para habitação.

Salientou que o objectivo era a criação de um grande polo industrial e que a Câmara tudo fará para que este projecto se realize.

Das notícias vindas a público disse que quando convidou o Eng. Silvério para seu mandatário foi por ser um cidadão conceituado na Amadora e por ser seu amigo pessoal e que as suas funções como mandatário terminaram no dia após as eleições.

Ao documento escrito dos vereadores do PSD respondeu que o senhor vereador José Evangelista não era parte interessada na empresa de construção, e caso o fosse incorreria na perda de mandato.

À segunda parte da notícia, um processo resultante de demolições, disse que a empresa de camionagem estava instalada junto ao cemitério tinha uma cedência temporária e precária. Sobre a outra empresa que estava ao lado não foi encontrado nenhum documento sobre como lá tinha sido instalada.

Em 2003 o vereador Gabriel desencadeou os processos notificando os proprietários das empresas para abandonarem os terrenos, tendo sido feita uma reunião, na Câmara Municipal com a fiscalização e com a PSP no sentido de se concertar a intervenção para a demolição, não tenha havido as condições para tal.

Mais tarde, contactado pelo dono da empresa, solicitou uma reunião no sentido de lhe informar de que existia um vereador que estava a exercer sobre ele algumas pressões no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

sentido de ter algumas benesses. Essa reunião foi concedida. O proprietário da empresa deixou uma cassete de vídeo e aquilo que se deduz, e foi dito ao proprietário, é que existe uma tentativa por parte do empresário de corrupção em relação ao vereador. Foram-lhe solicitadas provas concretas para poder incriminar o vereador.

A 5 de Maio o proprietário foi notificado de que o prazo terminava no fim do mês e que a qualquer momento a Câmara iria proceder à demolição.

No dia 6 procedeu-se à demolição. O advogado do proprietário disse que tinha mais cassetes e mais documentos. Foi-lhe dito para entregar todo esse material ao Ministério Público e apresentar queixa.

Disse que até à data, a nível do seu conhecimento, a Câmara não teve nenhuma comunicação, nem a Judiciária falou com alguém da Câmara.

Referiu que enquanto não tiver dados objectivos não retira pelouros a nenhum vereador, uma vez que pode dar-se o caso de alguém querer liquidar algum vereador politicamente.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia**, informou que estavam abertas as inscrições para a apreciação da Informação Escrita, tendo-se inscrito o senhor António Santos.

O senhor **António Santos** reconheceu, pela intervenção do Senhor Presidente, que está a haver pressões ilícitas de um agente económico sobre a Câmara, e questionou se a Câmara tinha apresentado queixa sobre esse tipo de pressões.

Respondeu o senhor **Presidente de Câmara** ao senhor **António Santos** que não tinha sofrido nenhuma chantagem, apenas que o advogado do empresário o tinha interceptado à frente da Câmara no sentido de que “demitisse” o vereador em causa. Ao que respondeu que se houvesse mais algumas provas que se dirigisse ao Ministério Público e apresentasse queixa.

O senhor **António Santos** questionou o senhor **Presidente de Câmara** se achava um comportamento lícito fazer uma gravação de uma conversa sem conhecimento do vereador. Se há um comportamento ilícito deveria haver uma queixa.

O senhor **Presidente de Câmara** respondeu que a primeira pessoa que era atingida era o senhor vereador e se o caso fosse com ele já tinha apresentado um processo crime, mas nesta situação não pode interceder por outra pessoa.

O senhor **Martinho Caetano** solicitou ao senhor Presidente de Câmara que pudesse esclarecer o teor da sua intervenção perante questões pertinentes por ele formuladas.

Em relação ao mandatário para as próximas eleições disse nada ter a ver com isso, apenas ficou o conhecimento do novo mandatário e do novo candidato.

Quanto à amizade pessoal que tem com o Eng. Silvério disse que a sua intervenção nada tem a ver com isso, apenas referiu que o problema se punha no plano de actuação política e da governabilidade da Câmara.

Por fim, disse manter integralmente o teor da sua intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia solicitando que a sua intervenção, naquele período, fosse transcrita na íntegra para a acta.

Em resposta ao senhor **Martinho Caetano** o senhor **Presidente de Câmara** disse que estas notícias que vêm a público causam sempre um mau estar na vida política, mas nada tem a ver com a falta de seriedade.

Não renega a amizade de nenhum político, seja de que partido for, pois são pessoas sérias e honestas, até prova em contrário.

O senhor **João Serrano** fez uma interpelação à Mesa e ao PSD no sentido de não ter entendido o teor da intervenção, nomeadamente o de ir ser lavrada uma censura à Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

AG
L.

Formulou, em seu nome e em nome da bancada do PS, um convite, nos termos da Lei, a formalizar uma censura política à Câmara ou a qualquer dos seus eleitos.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que não havia mais pedidos de esclarecimento, a não ser do senhor António Tremoço que já havia sido pedida.

O senhor **António Tremoço** disse que gostava de ser esclarecido sobre umas notícias que tinham vindo num jornal em relação ao porquê de haver uma parceira entre a Câmara e a Bombardier para desenvolver um Pólo Industrial naquela zona, uma vez que já existe um. Explicou ao senhor Presidente da Câmara que a vigília tinha sido feita para a defesa dos postos de trabalho e a continuação da defesa de produção do material da fábrica em Portugal. Houve uma reunião com um responsável do Governo onde foi garantido que, por intermédio da CP e da EMEF, Portugal iria continuar a fabricar material circulante e que os postos de trabalho estavam garantidos numa primeira fase. Neste momento e depois dessa reunião não se soube de mais nada o que está a preocupar todos os trabalhadores.

O senhor **Presidente da Câmara** disse ter aceite um convite para estar presente numa reunião, na primeira reunião, no Gabinete do senhor Ministro, sendo a Câmara uma parte interessada no que se ia discutir e em saber qual o papel de cada um neste processo. Quanto ao que o senhor Ministro disse, entendeu que era um aluguer das instalações.

O senhor **Galhanas da Luz** congratulou a Câmara Municipal quanto à deliberação tomada sobre a criação do Centro de Juventude no Palácio da Brandoa, questionando o senhor Presidente para quando o início das obras no Palácio.

Lamentou não estar no Relatório de Actividades nenhuma alusão sobre a acção do Conselho Municipal de Segurança na Amadora. Fez um pequeno resumo da última reunião deste Conselho, referindo a actividade dos Guardas Nocturnos, os problemas de insegurança das Docas Secas as futuras instalações para a PSP da Divisão da Amadora. Por fim sugeriu que

houvesse mais reuniões deste Conselho, no sentido de se poder melhorar as condições de Segurança na Amadora.

O senhor **Rafael Evaristo** perguntou ao senhor Presidente se existe algum projecto na Câmara relativamente ao levantamento de funções, processos e de reestruturação desses processos, das pessoas, de valências, no sentido de melhorar a qualidade do acesso dos munícipes à Câmara, bem como melhorar o funcionamento da própria Câmara.

O senhor **Presidente da Câmara** ao senhor **Galhanas da Luz** disse haver muitas dificuldades em reunir o Conselho Municipal de Segurança por diversas situações. Há intenção de se repensar o próprio Conselho, a forma como é constituído e o seu Regulamento, no sentido de este poder funcionar com mais normalidade.

Para o Palácio da Brandoa foi lançado o concurso não estando ainda previsto o início da obra. Ao senhor **Rafael Evaristo** disse que a Câmara tinha feito um estudo com o objectivo de reorganizar a Câmara e dar mais acessibilidade à informação em relação aos munícipes. O exemplo desse estudo é o novo sistema, *ALO_DIGITAL*, cujos objectivos consistem na necessidade de generalizar o acesso e utilização das tecnologias de informação e da comunicação de todos os cidadãos, de melhorar o acesso dos cidadãos à Administração e promover o relacionamento com as instituições e agentes económicos.

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** considerou apreciado este ponto.

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº3 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Plano de Pormenor da Rua Elias Garcia – Zona Poente – Alteração de Regime Simplificado (Proposta n.º 273/2004)”*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Lido o parecer da Comissão de Urbanismo, pela senhora **Primeiro Secretário**, (documento anexo à presente acta), inscreveram-se os senhores Rafael Evaristo, João Paulo Castanheira, Martinho Caetano e Luís Moutinho Lopes.

O senhor **Presidente de Câmara** usou da palavra para introdução deste ponto, tendo explicado que não há nenhuma alteração ao Plano de Pormenor, apenas existindo a necessidade e correcção do somatório no quadro de áreas e usos.

O senhor **Rafael Evaristo** disse não entender a alteração que se vai fazer, pois existem lotes que vão ter mais metros quadrados, solicitando uma explicação mais pormenorizada.

O senhor **Presidente da Assembleia** lembrou que as explicações técnicas tinham sido dadas na reunião da Comissão de Urbanismo onde o Grupo Municipal do PSD não tinha estado presente, no entanto o Senhor Presidente de Câmara iria dar uma explicação.

O senhor **João Paulo Castanheira** disse que a bancada do PP iria votar favoravelmente esta proposta de alteração.

O senhor **Martinho Caetano** lamentou a existência de um erro técnico no Plano de Pormenor reconhecendo a necessidade da sua rectificação, no entanto o voto da bancada do PSD seria de abstenção.

O senhor **Luís Moutinho Lopes** disse não entender as dúvidas existentes por parte dos colegas de outras bancadas, dado já ter sido explicada em sede de Comissão de Urbanismo quais eram as alterações a fazer à proposta.

O senhor **Rafael Evaristo** explicou ao senhor Luís Lopes que o que estava em causa não era o acrescentar mais uns metros quadrados, não era o conteúdo, mas o processo em si, alguma coisa tinha corrido mal.

O senhor **Presidente da Câmara** demonstrou a sua surpresa perante a forma como o senhor Rafael Evaristo fez a sua intervenção, demonstrando que o Presidente da Câmara era o culpado por ter ocorrido tal erro na proposta. Explicou ao senhor deputado que o erro existente é apenas na soma das parcelas referentes ao Quadro de Áreas e Usos e ao Quadro Síntese que são diferentes, devendo estes ser iguais.

O senhor **Rafael Evaristo** agradeceu ao Senhor Presidente de Câmara o esclarecimento solicitado.

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 33 votos a favor e 6 abstenções.

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº3 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, das propostas da C.M.A. relativas a *“Contrato Programa a Elaborar entre o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e a Câmara Municipal da Amadora (Proposta n.º. 286/2004) e “Contrato Programa a Celebrar entre o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e a Câmara Municipal da Amadora – Alterações (Proposta n.º. 365/2004)”*.

Foi lido o parecer da Comissão de Administração Geral e Finanças pela senhora **Primeiro Secretário**. (Documento anexo à presente acta)



49
f.l.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Presidente da Assembleia** questionou o senhor Presidente da Câmara se pretendia fazer a apresentação da proposta, ao que acedeu.

O senhor **Presidente da Câmara** informou que a proposta decorre daquilo que são as normas estabelecidas em relação a candidaturas para a construção de bibliotecas, tendo que a Câmara aprovar as minutas dos contrato-programa. Houve uma alteração sugerida pelo Instituto Português do Livro que foi apresentada na reunião de Câmara, para ser aprovada.

Finda a apresentação o senhor **Presidente da Assembleia** questionou os senhores deputados se pretendiam intervir, tendo-se inscrito os senhores Alcides de Matos, Rafael Evaristo e Martinho Caetano.

O senhor **Alcides de Matos** congratulou-se com o facto da Câmara ter celebrado este contrato, uma vez que irá beneficiar toda a população do concelho da Amadora.

O senhor **Rafael Evaristo** prescindi do uso da palavra.

Em nome da bancada do PSD, o senhor **Martinho Caetano** felicitou a Câmara pela celebração do contrato-programa com Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 38 votos.

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a **“PER 002/96 – Rua de Alforneiros – Proposta de Alteração de Custos – Preço Global (Proposta n.º. 364/2004)”**.

A Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu e não emitiu parecer por falta de consenso.

Sobre este ponto o senhor **Presidente da Câmara** explicou que a alteração dos custos não era significativa, uma vez que as alterações executadas nos fogos eram grandes. Estas alterações foram executadas para melhorar os fogos.

Referiu, ainda, que existia um problema relativos à escritura dos terrenos, uma vez que ainda se andava a tratar de permutas entre o Estado e a autarquia, estando prevista a sua resolução para breve.

O senhor **Presidente da Assembleia** declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os senhores Talento Marques, António Frade

O senhor **Talento Marques** lembrou que na Comissão de Finanças não tinha havido consenso, por falta de esclarecimento apesar das explicações do Senhor Presidente.

Entendeu que não era uma actualização de preços, mas alterações de análise e de apresentação das propostas, e que a Câmara tencionaria propor modificações nesse aspecto que iriam ter repercussão nos valores.

Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que o esclarecesse melhor sobre estas alterações para poder entender o que é que se está a alterar e a votar, se é uma actualização de preços ou se é melhorar a qualidade de segurança, diminuir os custos de manutenção, etc., uma vez que, pelos vistos, foram muitas as situações imprevistas que surgiram e que continuam a surgir.

O senhor **António Frade** sublinhou que na proposta de alteração estão explicados todos os pormenores que levaram aos montantes e alterações nela contidas, e que o objectivo era melhorar a qualidade e segurança, diminuir os custos da manutenção que se irão verificar no futuro e adaptar a obra aos condicionalismos e situações imprevistas no decorrer dos anos todos em que esteve parada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Disse ainda que o montante apurado era insignificante, uma vez que alterações são consideráveis.

Usou da palavra o senhor **Presidente de Câmara** para explicar que na proposta havia uma revisão dos preços que estava na adjudicação tendo em conta as mais valias que não estavam incluídas no concurso e que resultavam da nova análise de todo este processo.

Em relação às menos valias explicou que eram situações que não eram necessárias executar e, como tal, são descontadas.

O valor a pagar ao empreiteiro é o diferencial entre as mais valias e as menos valias e, tendo em vista os preços que foram feitos e a forma como estão, considerando ser esta uma boa solução para a Câmara.

Findas as intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 24 votos a favor e 13 abstenções.

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 3 do Artº. 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Plano de Pormenor da Ribeira da Falagueira (Proposta n.º 350/2004)”*.

Foi lido o parecer resultante da Comissão de Urbanismo pela senhora **Primeiro Secretário**.
(Documento anexo à presente acta)

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou ao senhor Presidente da Câmara se pretendia fazer a apresentação da proposta, ao que acedeu.

O senhor **Presidente da Câmara** explicou que esta proposta visa recuperar e reabilitar a zona da Ribeira da Falagueira, incluindo expropriações de terrenos em que alguns visados

concordaram com o que já tinha sido proposto e outros em que não havia qualquer entendimento. Está-se a preparar um processo de posse administrativa, depois da publicação do Plano e em que, após todos estes passos, os Tribunais decidirão o valor que é preciso pagar.

Salientou que existiam duas zonas que não estavam contempladas neste Plano, nomeadamente um logradouro e um terreno. Um destes terrenos não está no PDM como zona urbana, é zona verde, e como tal não pode haver construção. Outro dos terrenos faz parte do logradouro, entra no meio da Ribeira, em que será feita uma expropriação.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que as inscrições estavam abertas para discussão deste ponto tendo-se inscrito os senhores João Paulo Castanheira, Eduardo Rosa, Manuel Vieira, João Vieira, Martinho Caetano e António Tremço.

O senhor **João Paulo Castanheira** referiu que em relação ao Plano de Pormenor nada tem a dizer, sendo um equipamento essencial para a qualidade de vida da cidade da Amadora, tal como foi o Parque Central.

Lamentou, no entanto, que se tenha aprovado a construção de dois prédios no meio do Parque da Ribeira da Falagueira, podendo-se ter feito uma permuta que impedisse a construção.

Referiu que a Casa da Ordem de Malta está a sofrer actos de vandalismo, devendo tomar-se medidas para que os prejuízos não sejam avultados.

Criticou a forma como o PDM está a ser utilizado no concelho da Amadora, uma vez que a construção está a ser excessiva.

Ao senhor João Castanheira o senhor **Presidente de Câmara** respondeu que o PDM tem valor legal e direitos adquiridos, sabendo que a construção está a ser muita. Este PDM foi discutido publicamente e com o Governo, sendo posteriormente aprovado pelo Governo e Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Quanto ao Regulamento do PDM disse haver muitos concelhos em que se pretende alterar o uso do solos para se poder construir, na Amadora não será assim.

Em relação ao prédio que está a ser construído no Parque da Ribeira da Falagueira, disse, também não compreender, referindo a possibilidade de ter sido um erro aquando a realização da planta.

O senhor **Eduardo Rosa**, como Presidente da Junta de Freguesia da Falagueira, referiu que este equipamento é uma mais valia para a freguesia, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos e requalificando uma zona degradada.

O senhor **Manuel Vieira** felicitou a Câmara por o processo ter chegado ao fim, referindo que com esta requalificação as pessoas que lá vivem poderão ter uma melhor qualidade de vida e o concelho sairá beneficiado. Disse também que nunca a CDU tinha tido forças favoráveis no Governo que permitissem desenvolver um conjunto de trabalhos., nomeadamente a reabilitação da Ribeira da Falagueira.

Relembrou que em 1989 a CDU, na altura tinha a Presidência da Câmara, tinha apresentado uma candidatura para o realojamento na Ribeira da Falagueira, o que nunca foi conseguido, explicando que os contextos políticos para estas questões são importantes.

Por fim, referiu que seria bom ter um Código de Expropriações adequado às necessidades do concelho, tendo sido, no entanto, alterado na Assembleia da República contra muitas forças políticas.

O senhor **João Vieira** congratulou-se por a cidade da Amadora estar a ser contemplada com um conjunto de equipamentos e infra-estruturas que orgulha todos os munícipes.

Disse haver no entanto muitos outros problemas por resolver no concelho da Amadora, nomeadamente o da segurança e dos dejectos dos cães.

O senhor **Martinho Caetano** disse ser um Plano para uma grande obra, no entanto a construção do edifício de habitação no Parque da Ribeira da Falagueira não faz sentido. Sugeriu que o senhor Presidente de Câmara, bem como todos os autarcas de todas as forças políticas repensassem, a nível da Área Metropolitana de Lisboa, o PDM existente bem como os Planos existentes em cada município, uma vez que é inoportuno construir tudo o que neles que está definido.

Por fim, felicitou a Câmara por esta obra ter avançado sendo um equipamento estruturante para efeitos de lazer e de melhoria de qualidade de vida das populações, em especial das populações das freguesias de S. Brás, Mina e Falagueira.

O senhor **Presidente de Câmara** disse ao senhor **Manuel Vieira** saber das dificuldades existentes, aquando o mandato da CDU, para os realojamentos da Ribeira da Falagueira.

Quanto à intervenção do senhor **João Vieira** disse ter pena de os problemas de segurança ainda não estarem resolvidas, contudo este assunto compete a outras entidades.

O senhor **António Tremoço** questionou o senhor Presidente de Câmara se estivesse na Câmara na altura em que houve o incêndio na Ribeira da Falagueira, aquando o mandato da CDU, o que teria feito.

Ao que o senhor **Presidente de Câmara** respondeu que não teria entregue materiais para construção de barracas. Referiu que a responsabilidade da Câmara em relação ao incêndio, ultrapassava a própria Câmara e como tal o Governo tinha responsabilidades.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que o debate para este ponto estava encerrado ao que deu início à votação. A proposta foi aprovada por unanimidade com 38 votos.

Antes de dar por encerrado os Trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, as minutas das deliberações da Ordem do Dia foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

aprovadas nos termos do nº. 3 do Artigo 92º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 38 membros presentes.

Finda a discussão da Ordem do Dia, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 01.30 horas.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Maria Arlete Rocha Rodrigues, 1º. Secretário, que a redigiu.

António L. x
Rodrigues